

BOLETIM

AUDITORIA COMPARTILHA

Auditoria Compartilha - Edição nº 005/2022

Normativos, Informativos, Capacitações e Julgados publicados em Maio

NORMATIVOS INTERNOS

PORTARIAS

criação de Setor

[Portaria nº 1281, de 10 de Maio de 2022](#)

Criar a Assessoria do Gabinete - ASSEG, vinculada hierarquicamente à Reitoria.

CONSELHO SUPERIOR

FAPESE

[Resolução CS/IFS nº 143, de 06 de maio de 2022](#)

Autoriza a indicação da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe – FAPESE, CNPJ 97.500.037/0001-10, para atuar como fundação de apoio junto ao IFS.

FAPEX

[Resolução CS/ IFS nº 144, de 12 de maio de 2022](#)

Aprova, ad referendum, a concordância com a Renovação da Autorização de Apoio junto à FAPEX – Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão, inscrita sob o CNPJ: 14.645.162/0001-91, no âmbito do IFS, no período 2022-2023.

ELEIÇÃO REITOR E DIREÇÕES

GERAIS

[Resolução CS/IFS nº 145, de 26 de maio de 2022](#)

PPC CURSO ELETROMECÂNICA - LAGARTO

[Resolução CS/IFS nº 146, de 26 de maio de 2022](#)

Referenda com alterações a Resolução CS/IFS nº 03, de 09/01/2020, que aprovou a Reformulação do Projeto Pedagógico de Curso – PPC do Curso Técnico Integrado em Eletromecânica, ofertado pelo campus Lagarto do IFS.

FAPEX

[Resolução CS/ IFS Nº 147, De 27 De Maio De 2022](#)

Referenda a Resolução CS/IFS nº 144, de 12/05/2022, que aprovou a concordância com a Renovação da Autorização de Apoio junto à FAPEX – Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão, inscrita sob o CNPJ: 14.645.162/0001-91, no âmbito do IFS, no período 2022-2023.

AFASTAMENTO DA REITORA PARA

Homologa o resultado final da eleição das comissões locais dos campi do processo de consulta à comunidade escolar para escolha do (a) Reitor (a) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe e dos Diretores-Gerais dos Campi Aracaju, Estância, Itabaiana, Glória, Lagarto, Propriá, São Cristóvão, Socorro e Tobias Barreto.

MISSÃO

[Resolução CS/ IFS N° 148, De 27 De Maio De 2022](#)

Referenda a Resolução CS/IFS nº 130, de 21/03/2022, que autorizou o afastamento da Reitora do IFS, Ruth Sales Gama de Andrade, para participar de missão a Portugal.

COLÉGIO DE DIRIGENTES

PPC FIC ELETRICISTA ENERGIAS RENOVÁVEIS CAMPUS ESTÂNCIA

[Recomendação CD/ IFS N° 41, De 11 De Maio De 2022](#)

Referenda a Recomendação nº 38 que versa sobre a implementação do PPC FIC em Eletricista de Sistemas de Energias Renováveis Campus Estância.

PPC FIC ELETRICISTA ENERGIAS RENOVÁVEIS CAMPUS SOCORRO

[Recomendação CD/ IFS N° 42, De 11 De Maio De 2022](#)

Referenda a Recomendação nº 39 que versa sobre a implementação do PPC FIC de Eletricista De Sistemas De Energias Renováveis Campus Socorro.

REVOGAÇÕES PROEN

[Recomendação CD/ IFS N° 40, De 11 De Maio De 2022](#)

Referenda a Recomendação nº 36, que revogou as Deliberações vinculadas à Pró-reitoria de Ensino – PROEN do IFS, em atendimento ao disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139.

COMITÊ DE GOVERNANÇA, INTEGRIDADE, RISCOS E CONTROLES

GESTÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

[Deliberação CGIRC/IFS N° 21, De 17 De Maio De 2022](#)

Aprova a IN 02.2022.PRODIN que regulamenta a Gestão de Projetos Estratégicos no IFS.

GESTÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

[Deliberação CGIRC/IFS N° 22, De 17 De Maio De 2022](#)

Aprova o Manual de Gestão de Projetos Estratégicos.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

[Deliberação CGIRC/IFS N° 23, De 18 De Maio De 2022](#)

Aprova a reformulação da política de gestão de riscos do IFS.

NORMATIVOS EXTERNOS

SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL.

[PORTARIA MCOM Nº 5.218, DE 7 DE ABRIL DE 2022.](#)

Dispõe sobre o procedimento para contratação e sobre a fase de execução dos contratos de serviços de comunicação digital dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e [PORTARIA MCOM Nº 5.239, DE 8 DE ABRIL DE 2022.](#) Dispõe sobre a comunicação digital dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM.

GECC

[DECRETO Nº 11.069, DE 10 DE MAIO DE 2022.](#)

Regulamenta a concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso de que trata o [art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,](#) e altera o [Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019,](#) que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

CORONAVÍRUS e TRABALHO PRESENCIAL.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 36, DE 5 DE MAIO DE 2022.](#)

Estabelece o retorno ao trabalho em modo presencial dos servidores e empregados públicos dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC.

TELETRABALHO.

[DECRETO Nº 11.072, DE 17 DE MAIO DE 2022.](#)

Dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho – PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

PATRIMÔNIO.

[PORTARIA ME Nº 4.378, DE 11 DE MAIO DE 2022.](#)

Altera a Portaria nº 232, de 2 de junho de 2020, que Institui o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo federal.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

[LEI Nº 14.352, DE 25 DE MAIO DE 2022.](#)

Altera a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022.

TRANSPARÊNCIA e ACESSO À INFORMAÇÃO.

[LEI Nº 14.345, DE 24 DE MAIO DE 2022.](#)

Altera as Leis nºs 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), para garantir pleno acesso a informações relacionadas a parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, bem como para assegurar a ex-prefeitos e ex-governadores acesso aos registros de convênios celebrados durante a sua gestão em sistema mantido pela União.

GRATIFICAÇÕES DE DESEMPENHO.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 31, DE 11 DE MAIO DE 2022.](#)

Consolida as orientações expedidas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC sobre a concessão e a manutenção das gratificações de desempenho regulamentadas pelo Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010.

PLANO PLURIANUAL.

[PORTARIA ME Nº 4.253, DE 11 DE MAIO DE 2022.](#)

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2020-2023, Ano Base 2022.

LIDERAGOV.

[PORTARIA CONJUNTA SGP-ENAP/SEDGG/ME Nº 37, DE 6 DE MAIO DE 2022.](#)

Institui a Rede “LideraGOV” de Desenvolvimento de Líderes no âmbito da Administração Pública Federal.

INFORMATIVOS

NOTÍCIAS

LEI ANTICORRUPÇÃO.

[A lei anticorrupção e a busca de sua integridade sancionatória.](#)

INOVAÇÃO.

[Laboratórios de inovação no setor público: o estágio atual das pesquisas e práticas internacionais.](#)

TERCEIRIZAÇÃO.

[Vantagens e desvantagens da terceirização no âmbito da administração pública brasileira.](#)

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS.

[Proposta: saneamento de vícios na composição dos custos unitários.](#)

COMPRAS

PÚBLICAS e CORONAVÍRUS.

[Como ficam as contratações públicas com o fim da emergência em saúde pública de importância nacional – ESPIN?](#)

TELETRABALHO.

[Estudo bibliométrico da produção científica sobre o teletrabalho no serviço público brasileiro.](#)

ARTIGOS

GOVERNANÇA.

[O princípio da integridade na governança pública brasileira: uma revisão sistemática.](#)

TERCEIRIZAÇÃO e GESTÃO DE RISCOS.

[Gestão de riscos na contratação de serviços terceirizados e a responsabilidade subsidiária.](#)

NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

[Solução negociada de conflitos na nova Lei de Licitações.](#)

DIREITO AO ERRO e LINDB.

[Como assim, direito ao erro do administrador público?](#)

ATOS

BOLETIM DO TCU.

[Boletim de Jurisprudência nº 397](#)

[Boletim de Jurisprudência nº 398](#)

[Boletim de Jurisprudência nº 399](#)

JULGADOS

CONTROLES E GOVERNANÇA

ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE' (BIÊNIO 2019/2020)

ACÓRDÃO Nº 2355/2022 – TCU – 1C.

1.6. Dar ciência à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SGP/SEDGG/ME) , à Controladoria-Geral da União e às 41 entidades que compõem a Rede Federal, de que as falhas a seguir afrontaram o artigo 68 da Lei 8112/1990 e as disposições da Orientação Normativa 04/2017-SGP/MP, a fim de que, dentro de suas competências, adotem providências para evitar a repetição das irregularidades e utilizem as informações para subsidiar futuras ações de fiscalização

GESTÃO DE PESSOAS

CICLO DA FISCALIZAÇÃO CONTÍNUA DE FOLHAS DE PAGAMENTO

ACÓRDÃO Nº 1015/2022 – TCU – PL.

9.3.4. em relação ao [Acórdão
2814/2021-TCU-Plenário](#):

9.3.4.1. cumprida a determinação do **item 9.1** pela Companhia Docas de São Paulo, Conselho Federal de Medicina, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão, Conselho Regional de Medicina do Maranhão, Empresa Brasileira de Hemoderivados, Fundação Universidade do Amazonas, Instituto Federal Farroupilha, Instituto Federal Sul Rio-Grandense, Telebras - Holding e Universidade Federal da

PESSOAL. CESSÃO DE PESSOAL. REQUISITO. PRORROGAÇÃO. REMUNERAÇÃO. RESSARCIMENTO. CONSULTA.

Boletim de Jurisprudência nº

399 Acórdão 912/2022 Plenário

A requisição de servidores e empregados públicos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, amparada na [Lei 13.328/2016](#), deve observar o seguinte: i) a manifestação de interesse pela prorrogação da requisição e a sua formalização devem ocorrer até o final do prazo inicialmente previsto no art. 105 da mencionada lei, sob pena de configurar nova requisição, a qual, em cumprimento ao art. 9º, § 2º, do [Decreto 10.835/2021](#) e ao princípio da impessoalidade, não

Paraíba;

9.3.4.2. em cumprimento a determinação do **item 9.4** pelo Ministério do Trabalho e Previdência;

9.3.4.3. tornar insubsistentes as determinações do **item 9.1** para o Ministério das Comunicações e do **item 9.5** para o Ministério do Trabalho e Previdência;

9.7.3. enviar, em complemento ao item 9.7 do [Acórdão 2814/2021-TCU-Plenário](#), se for o caso, novos elementos eventualmente identificados na presente fiscalização atinentes aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) para o acompanhamento proposto pelo Ministro Raimundo Carreiro, em Comunicação apresentada ao Plenário na Sessão de 17/11/2021, como forma de subsídio aos trabalhos a serem realizados;

9.8. dar ciência desta deliberação às 184 unidades responsáveis por atender as decisões monitoradas.

PESSOAL. QUINTOS. MARCO TEMPORAL. TEMPO RESIDUAL. DÉCIMOS. INCORPORAÇÃO. VPNI.

[Boletim de Jurisprudência nº 398. Acórdão 2160/2022 Primeira Câmara](#)

É ilegal o aproveitamento de tempo residual de exercício de funções comissionadas existente em 10/11/1997 para a incorporação de nova parcela de décimos (art. 5º da [Lei 9.624/1998](#)) após a edição da [MP 2.225-45/2001](#), pois não há como compatibilizar o art. 62-A da [Lei 8.112/1990](#), incluído pela MP,

será nominal; e ii) caso haja prorrogação da requisição do mesmo servidor, observada a condição anterior, caberá ao requisitante reembolsar as parcelas remuneratórias discriminadas no art. 106 da Lei 13.328/2016.

PESSOAL. APOSENTADORIA. VANTAGEM OPÇÃO. QUINTOS. ACUMULAÇÃO. MARCO TEMPORAL. VPNI.

[Boletim de Jurisprudência nº 398. Acórdão 1780/2022 Segunda Câmara](#)

Os servidores que tenham satisfeito os pressupostos temporais estabelecidos no art. 193 da [Lei 8.112/1990](#) e os requisitos para aposentadoria até o advento da [EC 20/1998](#) podem acrescer aos seus proventos de inatividade o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão (“opção”), inclusive de forma cumulativa com a vantagem dos quintos/décimos/VPNI, pois a fixação do caráter contributivo para o regime previdenciário estatutário e a vedação para a percepção de proventos em montante superior à remuneração do cargo efetivo somente foram estabelecidas a partir da vigência da mencionada emenda constitucional.

com novas incorporações, uma vez que este artigo transformou definitivamente as frações já incorporadas em VPNI e restringiu os reajustes dessa vantagem às revisões gerais de remuneração dos servidores públicos federais. Assim, incorporações ulteriores, ao guardar correspondência com o valor corrente da função, além de desobedecerem a lei, ofendem o princípio da isonomia.

LICITAÇÕES E CONTRATOS

LICITAÇÃO. PREGÃO. PROPOSTA. PREÇO. DESCLASSIFICAÇÃO. COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO. DETALHAMENTO. PREGÃO ELETRÔNICO.

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA Nº 398 ACÓRDÃO 870/2022 PLENÁRIO

No pregão eletrônico, a proposta encaminhada pelo licitante deve conter apenas a descrição do objeto ofertado e o preço (art. 26 do [Decreto 10.024/2019](#)), não cabendo a sua desclassificação, nessa etapa da licitação, pela ausência do detalhamento da composição do preço, o qual somente deve ser exigido para a proposta referente ao lance vencedor.

CAPACITAÇÕES SUGERIDAS

TEMÁTICA	CURSO	CARGA HORÁRIA
Análise e Ciência de Dados	Fundamentos da LGPD	15
	Governança de Dados	30

	<u>Análise de Dados em Linguagem R</u>	20
	<u>Matemática Financeira</u>	20
	<u>Análise de Dados como Suporte à Tomada de Decisão</u>	30
	<u>Estatística</u>	20
Comunicação	<u>ForPDI - Plano de Desenvolvimento Institucional para IES</u>	20
	<u>Para Fazer uma Exposição</u>	20
	<u>Linguagem simples aproxima o governo das pessoas. Como usar?</u>	20
	<u>Portal Gov.Br</u>	15
Direito e Legislação	<u>Decreto nº 10.139/2019 Revisão e Consolidação de Atos Normativos Infralegais</u>	5
	<u>Segurança Química em Laboratórios de Ensino e Pesquisa</u>	40
	<u>Segurança em Máquinas e Equipamentos NR12</u>	8
Educação e Docência	<u>A construção dos livros didáticos do PNLD</u>	30
	<u>A importância do PNLD</u>	30
	<u>Active Methodologies</u>	25
	<u>Ambientes Digitais de Aprendizagem</u>	30
	<u>Aprendizagem Organizacional e Trilhas de Aprendizagem</u>	30
	<u>Desenho Instrucional para Soluções de Capacitações Presenciais</u>	40
	<u>Desenvolvimento de Objetos e Atividades de Aprendizagem</u>	30
	<u>Design Instrucional e Tecnologia com Articulate Storyline 360</u>	20
	<u>Design Instrucional para Nativos e Imigrantes Digitais</u>	30
	<u>Design Thinking Aplicado à Educação</u>	25
	<u>Economia do Desenvolvimento Comportamental em</u>	20

	<u>Políticas Públicas</u>	
	<u>Etapas e procedimentos PNLD</u>	30
	<u>Formação de Facilitadores de Aprendizagem</u>	40
	<u>Gestão de Projetos Educacionais</u>	30
	<u>Inovações em Tecnologia Educacional</u>	25
	<u>Instructional Design and Technology with Articulate Storyline 360</u>	20
	<u>Materiais Didáticos do PNLD para o Novo Ensino Médio</u>	30
	<u>Metodologias Ativas</u>	25
	<u>Noções Básicas para Coordenar Cursos On-line</u>	20
	<u>PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático</u>	30
	<u>PNLD Literário</u>	10
	<u>Redação Oficial: Tópicos Essenciais</u>	20
	<u>Teletrabalho e Educação a Distância</u>	8
	<u>Temos que dar aulas remotas... E agora?</u>	10
Estratégia e Planejamento	<u>Administração Pública e Contexto Institucional Contemporâneo</u>	20
	<u>Ágil no contexto do serviço público</u>	15
	<u>Análise e Melhoria de Processos</u>	20
	<u>Contratações Públicas Sustentáveis</u>	20
	<u>Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional</u>	25
	<u>Elaboração do Plano Plurianual 2020-2023</u>	20
	<u>Gestão da Estratégia com BSC - Fundamentos</u>	20
	<u>Introdução à Gestão de Projetos</u>	20
	<u>Planejamento Estratégico para Organizações Públicas</u>	40

	<u>Planejamento Governamental</u>	20
	<u>Problem-Solving Skills</u>	25
Ética e Cidadania	<u>Acessibilidade em espaços de uso público no Brasil</u>	20
	<u>Acessibilidade em espaços edificados de uso público</u>	20
	<u>Acessibilidade em Espaços Urbanos</u>	16
	<u>Controle Exercido por Conselhos de Assistência Social</u>	30
	<u>Direitos Humanos: Uma Declaração Universal</u>	20
	<u>Educação em Direitos Humanos</u>	30
	<u>eMAG Conteudista</u>	20
	<u>eMAG Desenvolvedor</u>	30
	<u>Empresas e Direitos Humanos</u>	30
	<u>Ética e Serviço Público</u>	20
	<u>Formação de Multiplicadores da Série ?Eu e Meu Dinheiro?</u>	10
	<u>Gestão de Finanças Pessoais</u>	20
	<u>Introdução à Audiodescrição</u>	40
	<u>Introdução à Gestão e Apuração da Ética Pública</u>	24
	<u>Introdução à Libras</u>	60
	<u>MigraCidades: Aprimorando a Governança Migratória Local</u>	30
	<u>Mudança do Clima e Gestão de Risco Climático: Conceitos Fundamentais</u>	24
	<u>Panorama Teórico dos Direitos Humanos no Brasil</u>	30
	<u>Promoção dos direitos da população em situação de rua</u>	30
	<u>Proteção a direitos humanos: prevenção e proibição da tortura</u>	30

	<u>Protocolos Sanitários Preventivos contra o Novo Coronavírus</u>	1	
	<u>Uma Introdução às Migrações Internacionais no Brasil Contemporâneo</u>	40	
Gestão da Informação e do Conhecimento	<u>Acesso à Informação e Ouvidorias do Ministério Público</u>	20	
	<u>Geoinformação na SPU ? conceitos, fundamentos e tecnologias</u>	80	
	<u>Gestão da Informação e Documentação - Conceitos Básicos em Gestão Documental</u>	20	
	<u>Gestão do Conhecimento no Setor Público</u>	20	
	<u>Gestão Documental</u>	30	
	<u>Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais</u>	10	
	<u>Introdução às Práticas Arquivísticas</u>	27	
	<u>Noções Gerais de Direitos Autorais</u>	10	
	<u>Projeto de Interface para Serviços Digitais</u>	20	
	<u>Sistema Eletrônico de Informações - SEI! ADMINISTRAR</u>	40	
	<u>Sistema Eletrônico de Informações - SEI! USAR</u>	20	
	Gestão de Pessoas	<u>Comissão de PAR</u>	30
		<u>Gestão de Conflitos e Negociação</u>	20
<u>Gestão de Equipes em Trabalho Remoto</u>		20	
<u>Gestão por Competências</u>		40	
<u>Introdução ao Sistema Sigepe - AFD</u>		10	
<u>Lei nº 8.112/90 e suas alterações</u>		40	
<u>Liderança e Gestão de Equipes</u>		30	
<u>Noções básicas do Trabalho Remoto</u>		10	
<u>Provas no Processo Administrativo Disciplinar</u>		20	

	<u>Redação Oficial e Noções de SEI e suas aplicações</u>	10
	<u>Siape Cadastro</u>	40
	<u>Siape Folha</u>	40
Gestão Pública	<u>Avaliação de Impacto de Programas e Políticas Sociais</u>	36
	<u>Avaliação Ex-Post de Políticas Públicas</u>	25
	<u>Elaboração Legislativa no Executivo: Legística, Governança e Avaliação</u>	30
	<u>Estruturas de Gestão Pública</u>	30
	<u>Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal - Siorg</u>	15
	<u>Gestão de Comportamento nas Organizações</u>	10
	<u>Gestão de Políticas Públicas para Pequenos Negócios</u>	40
	<u>Gestão de políticas públicas para pequenos negócios ? Aquisições públicas</u>	40
	<u>Gestão de Riscos em Processos de Trabalho (segundo o Coso).</u>	20
	<u>Sustentabilidade na Administração Pública</u>	28
Governo e Transformação digital	<u>Administração de Serviços na Nuvem de Governo</u>	30
	<u>Análise de riscos para contratações de TIC</u>	20
	<u>Aprendendo com Python</u>	20
	<u>Avaliação da qualidade de serviços como base para gestão e melhoria de serviços públicos</u>	20
	<u>Cadastro de Informações sobre serviços no Portal Gov.br</u>	20
	<u>Criatividade e Novas Tecnologias no Serviço Público</u>	10
	<u>Defesa do Usuário e Simplificação</u>	20

	<u>Estudo Técnico Preliminar Avançado para Contratação de Soluções de TIC</u>	20
	<u>Fiscalização e Gestão de Contratos de TIC</u>	20
	<u>Governança de TIC no contexto da transformação digital</u>	20
	<u>Governança de TIC para o Governo Digital</u>	40
	<u>Governo Aberto</u>	40
	<u>Inteligência Artificial no Contexto do Serviço Público</u>	20
	<u>Mundo Conectado ? Manual de Sobrevivência</u>	10
	<u>Novas Tecnologias para a Transformação Digital</u>	20
	<u>O papel do DevOps na Transformação Digital dos Serviços Públicos</u>	20
	<u>Planejamento da Contratação de Soluções de TIC</u>	20
	<u>Proteção de Dados Pessoais no Setor Público</u>	15
	<u>Segurança da Informação no Contexto da Transformação Digital</u>	20
	<u>Sistema Eletrônico de Informações - Sei! Usar - Acessível</u>	20
	<u>Transformação Digital no Serviço Público</u>	20
Inovação	<u>Abertura de empresas: como redesenhar e simplificar processos</u>	20
	<u>Ações Inovadoras da CGU</u>	20
	<u>Direito e Novas Tecnologias</u>	5
	<u>ForRisco - Gestão de Riscos para IES</u>	20
	<u>Gestão da Inovação no Setor Público</u>	20
	<u>Pesquisa com usuários: como ouvir cidadãos e empresas para melhorar seus serviços</u>	20
	<u>Primeiros passos para uso de Linguagem Simples</u>	8

	<u>Princípios do Design Thinking e Inovação em Governo</u>	10
	<u>Segurança em Máquinas e Equipamentos NR12 - Apreciação e Redução de Risco</u>	22
	<u>Uso do Design em Políticas Públicas</u>	20
Liderança	<u>A liderança pública em tempos de crise</u>	10
	<u>Desenvolvendo Times de Alta Performance</u>	30
	<u>Gestão Pessoal - Base da Liderança</u>	50
	<u>Inteligencia Emocional</u>	50
Logística e Compras Públicas	<u>Aplicação de Penalidades nos Contratos Administrativos</u>	32
	<u>Como Fiscalizar com Eficiência Contratos Públicos</u>	20
	<u>Contratações de Encomendas Tecnológicas</u>	30
	<u>Curso Básico de Licitações - Enfrentando (e vencendo) tabus</u>	60
	<u>Elaboração de Plano de Logística Sustentável</u>	40
	<u>Elaboração de Termos de Referência para Contratação de Bens e Serviços</u>	20
	<u>Fiscalização de Projetos e Obras de Engenharia</u>	40
	<u>Formação de Pregoeiros - Teoria</u>	20
	<u>Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos</u>	40
	<u>Habilidades de Resolução de Problemas</u>	25
	<u>Noções Introdutórias de Licitação e Contratos Administrativos</u>	30
	<u>Prevenção e Detecção de Cartéis em Licitações</u>	30
	<u>SCDP - Aprovação e Pagamento</u>	25
	<u>SCDP - Solicitação de Afastamento do Servidor</u>	20

	<u>Termo de Referência para Contratação de TIC - Avançado</u>	20
Orçamento e Finanças	<u>Básico em Orçamento Público</u>	30
	<u>Ciclo de Gestão do Investimento Público</u>	20
	<u>Contabilidade com Foco na Gestão da Informação Contábil</u>	20
	<u>Contabilidade com Foco na Gestão do Orçamento Público</u>	20
	<u>Contabilidade com Foco na Gestão do Patrimônio Público</u>	21
	<u>Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA</u>	60
	<u>Educação Fiscal - Estado e Tributação</u>	40
	<u>Educação Fiscal - Orçamento e Coesão Social</u>	40
	<u>Federalismo e Federalismo Fiscal no Brasil</u>	35
	<u>Gestão de Convênios para Concedentes</u>	25
	<u>Gestão Orçamentária e Financeira</u>	20
	<u>Instrumentos de Planejamento: PPA, LDO e LOA</u>	14
	<u>Introdução ao Orçamento Público</u>	40
	<u>Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Novo Regime Fiscal (NRF)</u>	30
	<u>Orçamento Público</u>	40
	<u>Siafi Básico</u>	35
	<u>Siafi Ordens Bancárias</u>	30
	Transparência, Controle e Participação	<u>Acesso à Informação</u>
<u>Atividade Correcional - Visão Geral</u>		25
<u>Controle Social</u>		20

<u>Controles Institucional e Social dos Gastos Públicos</u>	30
<u>Controles na Administração Pública</u>	30
<u>Elaboração de Relatórios de Auditoria</u>	24
<u>Fundamentos da Integridade Pública: Prevenindo a Corrupção</u>	25
<u>Gestão em Ouvidoria</u>	20
<u>Normas Internacionais de Auditoria Financeira - NIA</u>	40
<u>Resolução de Conflitos Aplicada ao Contexto das Ouvidorias</u>	20
<u>Técnicas de Auditoria Interna Governamental</u>	24
<u>Tratamento de Denúncias em Ouvidoria</u>	20
